

O discurso comunitário: ideologia e interpretação

Eduardo Yuji Yamamoto

RESUMO

A comunicação comunitária é considerada uma das abordagens mais importantes do campo comunicacional. Atribui-se a ela não apenas a idéia de democratização dos meios, mas, sobretudo, como realizadora de práticas contrárias às tendências globalizantes do mercado em seus processos de exclusão social, econômica e cultural. Essa idéia, entretanto, é contestada quando se observa os limites impostos à comunicação comunitária, tanto pelas elites locais que a cooptam em seus sistemas de influência, quanto pelas pressões dos grandes conglomerados da comunicação. O objetivo desse trabalho é analisar criticamente o discurso da comunicação comunitária no contexto da atual economia política da comunicação. Resultante do processo histórico do capitalismo, a comunicação comunitária é aqui compreendida como produto ideológico, prática inscrita num campo de disputas sociais regida pelas forças que a tentam cooptar.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade. Comunicação Comunitária. Discurso Comunitário. Ideologia.

1 Introdução

Os apontamentos que se seguem têm apenas um caráter inicial e exploratório. Embora algumas proposições possam sugerir um aspecto conclusivo, trata-se, sobretudo, de uma explanação prévia sobre a dimensão ideológica manifesta no atual fenômeno da comunicação comunitária.

Atualmente, falar em comunicação comunitária sugere uma gama variada de ações comunicativas realizadas pelos vários grupos da sociedade, independente da posição que estes ocupam na estrutura social. São manifestações locais que no plano de seu conteúdo relatam as realidades, experiências ou o cotidiano desses grupos. Esses veículos podem apresentar características reivindicatórias (como a ampliação dos direitos civis, a defesa do multiculturalismo, etc), ou simplesmente reforçar a distinção social, de acordo com a necessidade de demarcação de fronteiras concretas ou subjetivas (ANDERSON¹ *apud* SILVA, 2000, p. 23-24). Como característica comum, essas manifestações conformam-se em reivindicações políticas específicas, que dizem respeito à particularidade de cada grupo. Esse fato instala uma problemática no campo da comunicação comunitária, conforme o uso do termo comunidade para legitimação de interesses privados e diversos.

¹ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: FCE, 1993.

2 O conceito de comunidade e suas implicações para a comunicação comunitária

Não é estranho ao campo da comunicação comunitária o uso de algumas categorias de análise advindas da Sociologia, Linguística, História, Antropologia, etc. As questões relacionadas à comunicação comunitária, principalmente no que se refere ao seu campo teórico-conceitual, são tributárias dessas áreas do conhecimento que, de algum modo, recortam a sua especificidade. Em geral, os problemas se estabelecem a partir da dialética entre comunicação e comunidade, resultando em influências, apropriações, e ressignificações desses meios nos grupos sociais.

Observa-se que a visibilidade dos meios de comunicação se deve ao seu avanço técnico no século XX, culminando na sua onipresença cotidiana, inclusive, sobre as comunidades. Atualmente, a sua influência nos processos sociais é tamanha que alguns teóricos a concebem como nova instituição social, produtora de diálogos com o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado. (SODRÉ, 2003, p. 309).

A comunicação, portanto, ganha contornos teóricos próprios quando passa a configurar determinados processos sociais, agindo como variável importante na organização da sociedade, neste caso, como elemento que condiciona a constituição das

comunidades contemporâneas. Este, aliás, é precisamente o enfoque deste trabalho.

A partir do arsenal crítico e metodológico da sociologia marxista, pretende-se nesses apontamentos avaliar o fenômeno da comunicação comunitária enquanto instância reprodutora da estrutura social. Tomam-se como pressupostos as atuais experiências de veículos comunitários (rádio, TV e jornais impressos) que em muitos casos servem como pontos estratégicos de manutenção do poder hegemônico. (FOUCAULT, 1999). É nítida, não apenas na mídia tradicional como nos próprios meios comunitários, a veiculação de uma imagem da comunidade como nova forma gregária, concebida a partir de qualidades positivas, caras ao mundo civilizado. Nesse contexto, atribuem-se à comunidade a idéia de participação, solidariedade, pertencimento, proteção, etc. Entre as promessas de uma vida comunitária e a comunidade de fato, todavia, estabelece-se um modo de gerenciamento dos grupos. Essa forma de controle é possibilitada pelo seu próprio conceito fundador, a comunidade, signo aberto e dinâmico.

Segundo Peruzzo (2006, p. 10–15), inúmeras foram as tentativas de sociólogos em se definir o conceito de comunidade. Tais laborações vêm desde a clássica definição de Tönnies, passando pelas questões sobre a “participação” em Nisbet e Hilary, “territorialidade” em Palácios, “identidade de projeto” em Castells, chegando ao conceito de comunidade como “identidade de resistência”, elaborado pela autora. Nestas definições se observa formas de sistematizar, ou mesmo compreender, a atual articulação identitária dos vários grupos sociais em torno de uma entidade comum:

Apesar das alterações, muitos dos princípios desenvolvidos pelos clássicos preservam grande validade até os dias atuais. As comunidades continuam a se caracterizar pela existência de um modo de relacionamento baseado na coesão, convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais, coresponsabilidade e caráter cooperativo (PERUZZO, 2006, p. 13).

Percebe-se, entretanto, que o processo que ocasiona a articulação em torno da comunidade vem de um fenômeno externo; precisamente, a evolução da sociedade capitalista. Para as finalidades desse trabalho, utiliza-se aqui o conceito clássico de comunidade, isto é, enquanto relação dialética com sociedade. Isso porque as vozes que evocam a comunidade – seja para assumir (ou atribuir) valores de grupo, seja para, através de um inflamado discurso, conseguir o consenso no(s) grupo(s) para atingir determinados objetivos – acabam definindo um ‘espaço comunitário’ em que se tenta anular os problemas trazidos pela vida em sociedade. Esses problemas são decorrentes da complexificação da sociedade industrial tecnologicada e estruturada em grupos de interesses. (WOLTON, 2004).

3 Problemas na comunidade: ou o antigo conflito de classes

Justamente porque os vários grupos da sociedade reivindicam a resolução de questões plurais e heterogêneas, sem um direcionamento ou um plano de ação comum que resultaria numa ação polarizada (a mobilização das classes), é que seus projetos políticos muitas vezes se fazem específicos e dispersos. Nesse contexto, a especificidade das reivindicações sugere também a sua superficialidade política. Levadas a efeito – e mesmo para atingir seus objetivos –, os grupos acabam por se concentrar em problemas particulares, cuja resposta implica na separação com os demais. Restritas não somente às fronteiras das normas sociais, mas também à sua territorialidade, as ações realizadas no interior dos grupos resultam numa reordenação social externa: a fragmentação da sociedade. Estas manifestações constituem a parte aparente do fenômeno comunitário, cuja essência revela um modo histórico de dominação.

Metodologicamente, aprofundar-se em manifestações dispersas significa recuperar, por meio da dialética, o seu processo histórico como lógica comum que submete fenômenos aparentemente fragmentários. A partir de pistas espalhadas pela superfície social, o procedimento dialético-histórico possibilita a explicitação do “como” e do “porque” da atual configuração sócio-política. Esse recurso permite ainda o estabelecimento de uma crítica acerca das possibilidades e dos limites do regime democrático liberal, firmadas no âmbito dos valores e representações dessa sociedade. Nesse sentido, a leitura do fenômeno comunitário – seguindo a contextualização histórica do capitalismo – observa no atual desenho da sociedade, e de suas manifestações políticas contemporâneas, um sintoma do avanço do pensamento ideológico.

Não seria a reestruturação da economia global, corroborada por seus aparatos ideológicos, a responsável pela configuração de uma sociedade fragmentada? Como lembra Jameson (1997), as teorizações sobre a importância da cultura, e sua influência no campo político e social, não seriam formas de interromper o fluxo da história introduzindo justificativas (ideológicas) sobre o atual momento? Haveria uma lógica subjacente a isso?

Observa-se que o fenômeno das comunidades pode ser atribuído à crescente práxis liberal nas micro-políticas cotidianas, responsável pela estruturação de uma ordem social pautada na cultura individualista, e culminando na dissolução do sujeito coletivo.

Essa ideologia realiza o que o atual modelo político-econômico mais necessita para dar cabo à dominação: o isolamento dos grupos e o enfraquecimento de suas ações políticas e sociais. De acordo com Bauman (2003, p. 96), “A ordem global precisa de muita desordem local ‘para não ter o que temer’”.

Obscurecidos pela ausência de uma consciência de classe que os unifique como partido ou entidade única, observa-se na política desses grupos o afastamento de uma causa comum, qual seja, o combate contra o processo global de exclusão do sistema de participação social: trabalho, educação, saúde, alimentação, assistência básica, etc. Esse problema todos os grupos estão suscetíveis, sendo a matriz a partir do qual as inúmeras reivindicações emergem em suas variáveis.

Mas a atual configuração da sociedade não se sustenta tão somente pelo isolamento e enfraquecimento local, e do decorrente conflito que surge nesses espaços para a realização de interesses particulares. É importante perceber também o próprio discurso que legitima a manifestação comunitária como fenômeno democrático (base constitutiva das comunidades).

A prática desse discurso ganha significação na medida em que a sociedade individualizada começa a dar sinais de esgotamento em sua sociabilização: altos níveis de violência, a solidão involuntária, aprofundamento das desigualdades sociais, etc. Essas questões, todavia, são contornadas de maneira estratégica, embora problemática. A resposta para a crise social vem, então, do próprio modelo econômico que a ocasionou, alimentada pela concorrência dos grupos. Tem-se por parte dos grupos mais poderosos o fechamento e a construção de barreiras físicas e simbólicas, atrás das quais estas anseiam pela proteção de seus bens materiais. Em última instância, essa medida serve para fixar a manutenção do *status quo*. Esse mesmo mecanismo, numa dinâmica intrínseca ao processo econômico, empurra os demais grupos aos chamados bolsões da pobreza. Nesses dois casos, o discurso comunitário é acionado como artifício argumentativo de comunhão dos indivíduos em seus respectivos grupos de interesses. Nessa disputa prevalecem os interesses dos poderosos grupos econômicos que, assumindo o controle das massas, saem em defesa da liberdade individual como direito inalienável e estendido a todos. Esse ideal, entretanto, encobre uma diferença sutil: apenas aos grupos dominantes é reservado o usufruto da segurança (assegurados também pela iniciativa privada). Para todos os efeitos, tal democracia é consentida pelos grupos em geral; sua prática, todavia, fica restrita ao plano individual. Sob o rótulo da comunidade, o empreendimento de um projeto político de controle é enfim realizado. Observa-se que a contradição do ideal democrático vem do desdobramento inerente à ordem individualista, isto é, da complexificação de uma sociedade democrática, cujas ações são limitadas por um modelo liberal de sociabilidade:

O modelo liberal de sociedade é caracterizado pela individualização da cidadania, a privatização da vida social e uma separação clara entre as esferas públicas e privadas, na qual aquela deve ter seu

alcance minimizado, enquanto se amplificam ao máximo os limites do privado [...] [Ele] desaconselha a ação social e política, com base na concepção de que apenas a ação econômica privada pode conduzir ao bem-estar coletivo. A personalidade do cidadão era absorvida pela 'persona' do produtor e trocador de mercadorias, enquanto a ação política tornava-se mecanismo puramente defensivo. A sociedade civil era vista por todos os liberais, de Locke a J. S. Mill, apenas como proteção às atividades centradas no interesse próprio contra a interferência de outros indivíduos também buscando promover seus interesses particulares. (ABRANCHES *apud* PERUZZO, 1998, p. 284)

Especificamente no campo da comunicação, a idéia de comunidade como fenômeno democrático representaria o domínio público das produções midiáticas. Esse discurso, porém, é contestado quando se considera a comunicação como instituição humana alojada num espaço social conflitivo. Observa-se que os problemas internos à comunidade (como é o caso do uso da comunicação para instrumentalizar determinadas demandas políticas) decorrem de sua própria composição antagônica, conduzidas por interesses de classe conflitantes. Na prática da comunicação comunitária, o produto desse embate de forças resulta na reprodução do mesmo mecanismo de exclusão e dominação apresentado acima: a regulação das práticas comunicativas por uma elite local. Esse fato pode ser verificado em ações cotidianas, comumente consentidas pela comunidade: proselitismo político e religioso, burocratização e hierarquia no interior desses veículos. Neste caso, a conformação dessas práticas legitima uma forma de participação controlada, demarcando, inclusive, o alcance da cidadania enquanto dispositivo político.

Na base desses processos sociais verifica-se a presença de um discurso ideológico possibilitado pela própria natureza polissêmica da palavra comunidade, passível de uso político diverso. Na prática da comunicação comunitária, essa articulação discursiva se dá por um procedimento sócio-lingüístico: o uso estratégico do signo comunidade para legitimar determinadas atividades políticas. Isso se evidencia conforme a necessidade de uma massa de manobra que, traduzido para o modelo democrático, exprime a prática aparente da representação.

4 O discurso comunitário e a consolidação do projeto moderno de sociedade

A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o fazer e o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (CHAUÍ, 1982. p. 3)

Para compreender o discurso fundador da prática comunitária – fundamento que torna possível a continuidade de um

projeto de controle social –, é imprescindível o entendimento de alguns mecanismos de linguagem que permitem a objetivação do pensamento ideológico.

Bakhtin (1997, p. 36) define a palavra como signo ou “fenômeno ideológico por excelência”. A afirmação do autor pode ser verificada pela própria natureza significativa da palavra que, segundo ele, é regulada pelas forças sociais presentes na sociedade. Assim como as relações sociais são regidas por forças ideológicas, as relações de significação também o são. Isso porque o signo somente pode ser considerado no conjunto dos indivíduos que compartilham um mesmo código lingüístico. É através de uma linguagem e de signos comuns que ele irá se inserir socialmente. Ele aprenderá, pelo compartilhamento de um conjunto de signos, as normas e os sistemas de valores e representações que regem a sociedade. Nesse aprendizado, algumas ideologias poderão ser reproduzidas, outras, como atesta Bakhtin, serão “refratadas” ou “ressignificadas”. Dependerá, entretanto, do contexto em que o indivíduo estiver inserido. “[...] o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata” (BAKHTIN, 1997, p. 44).

Bakhtin explica ainda, que as palavras possuem histórias; estas podem ser descritas por uma relação diacrônica com as classes sociais. Determinadas palavras, como é o caso de comunidade, carregam as marcas de uma crise social, decorrente de uma tensão inerente à estrutura da sociedade. Uma destas evidências é reiteração de certas palavras apresentadas como ‘lugares comuns’. Caberia, assim, algumas indagações: a partir de quando esta palavra começa a ser recorrente? E por quê? Quais as motivações por trás dessa palavra? Nessa perspectiva, observa-se o interesse de certos grupos em enfatizar ou dar sentido à palavra, de modo que, assim, se preserve sua segurança enquanto classe social. É nesse sentido que Bakhtin afirma que toda palavra é redução, na medida em que reduz a realidade do objeto ao sistema de representação e valor de um determinado grupo (suas formações ideológicas). Vê-se, desse modo, que o processo significativo da palavra é determinado pelos confrontos travados num campo externo, isto é, das disputas sociais. Essa negociação se dá, literalmente, pelo domínio da palavra.

É interessante observar que certos signos verbais, por força de sua repetição, impõem determinações. Essa propriedade, segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 16), pode ser atribuído à função co-extensiva própria da linguagem:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

Nesse caso, a repetição da palavra (seja pelos discursos da mídia, do senso comum ou da própria ciência), atende a um objetivo específico: esvaziar seu conteúdo pela reiteração de um determinado sentido. Nesse processo de repetição, a palavra enquanto produto de uma prática social tem dirimida sua natureza dinâmica, dialética e conflitiva. É justamente a estabilidade de um conjunto de signos (ou discurso) que garante o domínio ideológico. Dada a relação entre pensamento e linguagem, a comunidade como signo ou “palavra de ordem” torna-se instrumento político e de conformação social, na medida em que apazigua os conflitos internos da sociedade. Esse procedimento busca assegurar a manutenção da estrutura social, evitando um possível conflito de classes. O consentimento do signo, nesse caso, representa uma estratégia de linguagem para obscurecer certas contradições da sociedade.

Essa idéia de repetição também está presente em Hobsbawm (*apud* BAUMAN, 2003, p. 20.). O autor afirma que atualmente “a palavra ‘comunidade’ nunca foi utilizada de modo mais indiscriminado e vazio do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real”. Com efeito, o contexto de uma reestruturação da economia política mundial determina outras formas de organização social e identitária. Desse modo, completa o autor: “[...] homens e mulheres procuram por grupos a que poderiam pertencer, com certeza e para sempre, num mundo em que tudo se move e se desloca, em que nada é certo”.

Historicamente, o signo comunidade foi articulado no discurso ideológico como alteridade de outro signo, a sociedade. Esse procedimento discursivo, que no século XVIII serviu para legitimar o projeto moderno de sociedade, é articulado nos dias atuais para obscurecer as contradições internas do atual sistema social.

Verifica-se que no período de formação dos Estados nacionais, o discurso comunitário foi empregado com o objetivo de dissolver os grupos sociais primitivos (clãs, tribos, etc), em favor da construção da sociedade moderna (cujas melhorias supostamente se estenderiam ao todo social). A imagem das benesses dessa sociedade é reforçada pela própria concepção iluminista de civilização progressista e justa. Nesse período histórico, comunidade designava a barbárie, o atraso, a guerra de todos contra todos:

“Local” ou “tribal” significam atraso; o esclarecimento significava progresso, o progresso significava a elevação do mosaico dos modos de vida a um nível superior e comum a todos. Na prática, significava homogeneidade nacional – e dentro das fronteiras do Estado só havia lugar para uma língua, uma cultura, uma memória histórica e um sentimento patriótico. [...] A prática da construção da nação tinha duas faces: a nacionalista e a liberal (BAUMAN, 2003, p. 84).

Em última análise, o discurso comunitário ensejava a unificação e homogeneização de mercados (códigos lingüísticos, culturais e sistemas de trocas), daí a acepção negativa atribuída ao signo comunidade. Concomitantemente, no período em questão, esse mesmo processo discursivo autorizou a positividade do signo sociedade, empurrada para o pólo oposto da significação.

É interessante observar que a relação opositiva entre comunidade e sociedade constituiu o substrato do projeto moderno burguês. São pontuais as ocasiões em que signo comunidade foi resgatado como tentativa de suprir determinadas demandas da sociedade moderna. Bauman fala das vilas operárias do século XIX, construídas segundo estudos econômicos, onde se procurava maximizar a produção industrial a partir de um valor comunitário, o “sentir-se bem”. Nesses espaços, os industriais perceberam a necessidade de se resgatar a noção de trabalho “bem feito” das antigas comunidades. (VEBLEN *apud* BAUMAN, 2003, p. 32)

As cidades modelos construídas em torno das fábricas estavam equipadas com moradias decentes, mas também com capelas, escolas primárias, hospitais e confortos sociais básicos – todos projetados pelos donos das fábricas junto com o resto do complexo de produção. A aposta era na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho para “toda a vida” (BAUMAN, 2003, p. 37).

A implantação artificial da comunidade ficou famosa com Frederick Taylor, no começo do século XX, com seu “estudo do tempo e do movimento”, e da “organização científica do trabalho”. Entretanto, foi na célebre “fábrica fordista” que esta implantação atingiu o seu ponto culminante:

Nos termos de Tönnies, seu objetivo era transformar *Kürwille* em *Wesenwille*, “naturalizar” os padrões racionais de conduta abstratamente projetados e ostensivamente artificiais. Durante cerca de meio século, e particularmente nas “três gloriosas décadas” do “acordo social” que acompanhou a reconstrução do pós guerra, a “fábrica fordista” serviu de modelo para o ideal perseguido, com graus variados de sucesso, por todas as outras empresas capitalistas. (BAUMAN, 2003, p. 39)

Contemporaneamente, sob outras variáveis, o discurso comunitário é articulado para recuperar identidades, seja para controlar os fluxos sócio-culturais decorrentes de uma economia globalizada, seja para assegurar um status político e social. Nesse caso, Benedict Anderson (1993) fala de uma “comunidade imaginária” que estaria se formando para legitimar uma suposta identidade europeia. Essa comunidade, como afirma a autora, é imaginariamente construída com o objetivo de barrar a presença de trabalhadores da África do Norte em território europeu.

A atual retomada da comunidade representa a tentativa de superar as contradições do modelo de sociedade liberal, sob diversos enfoques: o resgate de uma nova sociabilidade a partir de novas articulações identitárias, o entendimento entre povos

diversos no contexto da globalização da cultura, a desterritorialização/virtualização dos grupos, a participação dos indivíduos na perspectiva de mudança social em âmbito local, o resgate de um sujeito coletivo num plano mais geral de transformações, etc. Essas tentativas, entretanto, estão confinadas à hegemonia de um modelo político-econômico, dentro do qual a noção de comunidade não comporta qualquer possibilidade de transformação estrutural (BAUMAN, 2003, p. 68). Enquanto instrumento político, o signo comunidade, pelo menos nesse atual contexto, serve para reiterar as relações de poder estruturadas historicamente, e de modo efetivo, para legitimar práticas políticas objetivadas na preservação do atual ordenamento social (*status quo*).

A análise instrumental e política do signo, num plano histórico (ou diacrônico), permite visualizar sua dinamicidade significativa como produto marcadamente humano (dialético), resultante das interações sociais e fonte das disputas simbólicas de poder. Nesse caso, o signo ressignificado reconstrói continuamente um sistema de representações e valores. Este sistema é bastante flexível para cooptar tentativas de ruptura, pois está fixada em normas sociais ideologicamente articuladas e juridicamente legitimadas.

5 A práxis da comunicação comunitária:

limites conceituais da comunidade

É comum atribuir à comunicação comunitária a imagem de uma comunicação independente, livre ou autônoma no que se refere às possibilidades de representação das diversas culturas, a visibilidade e resolução de problemas imediatos, ou como forma de dar coesão aos grupos a partir de interesses em comum. Entretanto, essa imagem é confrontada quando se considera as relações sociais estabelecidas num contexto mais amplo, isto é, a partir de um poder hegemônico consolidado historicamente e auxiliado por aparatos jurídicos.

A interferência desse contexto na configuração da atual formação social permite estabelecer uma classificação das comunidades em dois grupos distintos, seguindo a estruturação de uma sociedade de classes. O primeiro é composto por grupos que, legitimados (ou protegidos) pela ideologia do discurso comunitário, produzem fronteiras objetivas – a separação física e territorial –, de acordo com a necessidade de proteção de suas riquezas materiais. Exemplos disso são os condomínios fechados, grupos esportivos ou recreativos da elite como *Lions Club*, *Rotary*... O segundo grupo é resultante desse mesmo processo de separação, mas se configura a partir da exclusão involuntária. Estes passam a viver numa forçada segregação estabelecida não por eles, mas pela imposição da geografia sócio-econômica: é o caso

das favelas brasileiras. Entre esses dois grupos situam-se inúmeros grupos sociais que reclamam para si o status de comunidade. São grupos transclassistas (SANTOS, 1999, p. 250) que articulam identidades (isto é, constroem comunidades a partir de interesses particulares) na perspectiva de conquistas políticas superficiais calcadas, principalmente, nos preceitos do multiculturalismo. Esses movimentos praticam o discurso comunitário para resolução de problemas mais imediatos, mas não chegam a tocar nas questões estruturais da sociedade. Entretanto, todos eles (os dois grupos, incluindo os novos movimentos sociais) fazem uso da comunicação comunitária para retratar sua realidade cotidiana, seja para reivindicar uma justiça social, econômica ou cultural, seja para reforçar ainda mais esta diferenciação.

De modo geral, a comunicação comunitária realizada em pequenos ajuntamentos sociais (pequenos municípios, bairros, etc.) suscita o exercício da cidadania por meio de um canal comunicativo local, o que em última instância representa a possibilidade de transformações específicas. Fala-se em transformações específicas porque o limite imposto à ação social dos grupos choca-se com sua própria natureza individualista, personificada no sujeito individual acostumado a perpetuar um modelo liberal de relação.

Muitas vezes, os veículos comunitários apresentam-se permeados de conflitos decorrentes da disputa de grupos entre si, para o seu direcionamento político-editorial. Mas a existência de grupos antagônicos num mesmo espaço (que pode ser uma rádio, uma mídia impressa ou uma TV comunitária) sugere menos um conflito político em seu interior, do que uma conformação às estruturas externas do poder. Em muitos veículos comunitários, essas disputas podem ou não ocorrer dependendo da composição ideológica de seu corpo editorial. Inevitavelmente, em todos os grupos prevalecem os interesses particulares cujos benefícios políticos obedecem à lógica hierárquica de distribuição.

Mesmo a comunicação realizada pelas bases da sociedade (isto é, grupos excluídos do sistema de participação social, e que compõem os movimentos sociais para reivindicar direitos de segunda ou terceira geração) encontra suas possibilidades de ação limitada por uma estrutura social pré-estabelecida que, acima de tudo, acaba por impor um modo de ação individualista. Para tais movimentos é permitida apenas a atuação em pontos específicos (e estratégicos) das instituições sociais; ainda assim, estes movimentos sofrem as sanções do poder hegemônico, disposto também em âmbito local.

Verifica-se que a limitação desses grupos se dá tanto nas disputas externas, entre grupos políticos que representam os interesses da elite local – e por extensão à ideologia dominante

–, como no interior do próprio movimento. Em geral, esses movimentos abandonam um plano coletivo que abarcaria, a partir de uma justiça econômica, mudanças mais amplas nas esferas da cultura e da sociabilidade, em proveito de um projeto de curto prazo, centradas em conquistas individuais e isoladas, e que não afeta de maneira decisiva a estrutura social. Aqui, a influência do pensamento transclassista sobre os movimentos da base é um ótimo exemplo desse abandono. Reivindicações como a justiça de gênero, raça, religião, etc., passam a ocupar o centro das problemáticas desses grupos, caminhando assim, para o fechamento em tais questões, isto é, o direito à diversidade como finalidade em si.

Observa-se que os obstáculos à comunicação comunitária aparecem não apenas no seu alcance técnico reduzido, mas segundo o modelo liberal de relação que estabelece nas práticas do cotidiano uma individualização da vida social, fonte da própria felicidade do homem.

Outra questão importante, e que diz respeito à prática da comunicação comunitária é a idéia de democracia comunicacional, isto é, o direito à comunicação estendida às camadas mais pobres da sociedade. Esse discurso remonta à possibilidade de transformação da realidade social desses grupos através de seus aparatos comunicativos. Entretanto, ele é solapado não apenas pela influência das elites locais sobre os veículos comunitários, mas pelas pressões dos grandes conglomerados de comunicação, que acabam por influenciar a legislação desses veículos, sob o pretexto da concorrência publicitária. Nesse caso, todavia, tal reivindicação é válida, pois é característico em muitos veículos comunitários, sua reprodução enquanto meio de comunicação de massa tradicional. E isso não apenas em sua grade de programação, mas principalmente, nos acordos políticos para concessão desses veículos.

Atualmente, a comunicação comunitária enfrenta o problema de sua legislação, fundamento que autorizaria sua prática institucional. Ainda que haja a apropriação desse veículo pelas camadas mais pobres, como forma de exercício de uma limitada cidadania, sua institucionalização apenas chancelaria o avanço ou domínio das elites sobre os espaços públicos de representação popular (posto que o próprio direito é firmado em premissas liberais). Assim como acontece em instituições clássicas, a exemplo do Estado, verifica-se em muitos canais comunitários uma representação indireta, burocratizada. Nesse sentido, corre-se o risco de institucionalizar uma entidade que passaria a ter vida própria, representar a si mesma, alimentada por uma representação consentida.

6 Re-descrever a comunicação comunitária

O sentido de comunidade suscitado nos discursos midiáticos, científicos ou no senso comum toma a palavra como índice das qualidades positivas, na perspectiva de negação das contradições do mundo capitalista, embora não se coloque como proposta de ruptura. Esta ambigüidade é reproduzida também na comunicação comunitária possibilitando duas leituras sobre este fenômeno. A primeira interpretação diz respeito a um projeto de conciliação dos grupos sociais. A comunicação, nesse caso, atuaria nas comunidades segundo as normas legislativas brasileiras, tendo como pressuposto apenas a representação do grupo ao qual o serviço se destina. Esta noção, todavia, possui um duplo fundamento:

- a) segmentar os grupos em comunidades isoladas, o que diminuiria uma proposta de ação coletiva; e
- b) restringir, através da legislação, uma prática que poderia subverter o epicentro da dominação nestes espaços.

Na maioria dos casos, o funcionamento destes veículos se realiza conforme a reprodução do autoritarismo, do proselitismo político e religioso, além de outras formas de controle. Nestes espaços, o discurso comunitário alicia o agenciamento dos grupos, isto é, em busca de representações. Em linhas gerais, esta idéia carrega a sensação de pertença, participação, solidariedade, segurança, subjetividade compartilhada, ou consolação em um mundo que parece se desfazer a cada dia. Isso se realiza por um consumo irrefletido das comunidades conforme a reprodução de práticas liberais (através do multiculturalismo com suas micro-políticas, a busca por um pertencimento individual pela valorização do indivíduo como imperativo de vida). Observa-se que o sentimento de comunidade se manifesta numa perspectiva sedutora, uma espécie de fuga da sociedade ocasionada pelas próprias contradições do sistema. Este, a seu modo, se mantém intacto devido à perpetuação dos valores e dos mecanismos funcionais da sociedade capitalistas.

A comunicação comunitária, nesse caso, consolida em ações os ideais estipulados pela elite gerencial, qual seja, afastar do campo político tudo aquilo que, em última instância, pudesse abalar seu sistema de representação e sua posição no sistema social. Este fenômeno é ilustrado pela própria institucionalização da comunicação comunitária, que segundo Althusser (1974) constitui um modo de restringir a ação dos sujeitos.

Sob uma estratégia enunciativa, a institucionalização da comunicação comunitária representou para alguns uma conquista histórica do povo. Entretanto, longe de qualquer celebração, esse fato ilustra a “normatização” e o “controle do sujeito” comunicativo.

A segunda perspectiva de apreensão deste fenômeno comunicativo parte dos mesmos pressupostos, mas numa leitura diferente. A tônica desta visão é o sentido de coletividade como projeto de sociedade em longo prazo. Nesse sentido, as ações dos grupos seriam coordenadas numa perspectiva coletiva, como proposta de superação da ideologia, o que implicaria na alteração de sua estrutura produtiva e na completa transformação das relações sociais. Esta proposta tem raízes gramscianas: a comunicação como proposta política de classe visando à construção de uma hegemonia popular.

Nesta perspectiva, a comunicação daria coesão ao corpo social matizado por tal idéia. Também nesta vertente, caberia a análise de seus conteúdos, como forma de se verificar sua prática sem incorrer num autoritarismo gerencial. A representação, nesse caso, se daria sem intermediários, já que ela seria a própria participação dos sujeitos. Atribuir-se-ia a esta segunda perspectiva, a denominação comunicação popular, retomando as aspirações de uma dialética social.

Comunicação popular ou comunitária? O controle dos signos faz destas expressões sinônimas, pois tem por objetivo o apaziguamento social. A reversão desta estratégia, entretanto, é possível a partir de uma apropriação do “comunitário” pelo “popular”. Como estratégia de ação, num primeiro momento, a comunicação popular agiria sob o invólucro da comunicação comunitária visando à construção de uma hegemonia popular. Posteriormente, ou como consequência inevitável, na perspectiva da ruptura. A acepção “popular”, neste caso, retoma a construção histórica da luta pela mudança nas estruturas sociais, pensada em âmbito coletivo. É somente a partir desta noção que a prática comunicativa deixaria de promover a conciliação com o sistema – que é bastante flexível para cooptá-lo –, para configurar-se como ferramenta histórica do homem.

The communitarian discourse: ideology and interpretation

ABSTRACT

Communitarian communication is considered one of the most important approaches of the communication field. It means not only the idea of democratization of the media, but, over all, a logical system of practices that are contrary to globalization, in its process of social, economic and cultural exclusion. This idea, however, is contested when it observes the limits imposed to the communitarian communication by the local elite, who co-opt it in its systems of influence, as well as by the pressures of the great conglomerates of the communication. The objective of this work is to critically analyze the discourse of communitarian communication in the context of the current political economy of communication. Resultant of the historical process of capitalism, communitarian communication is understood here as an ideological product, a practice which is inserted in a field of social disputes conducted by the forces that try to co-opt it.

KEYWORDS: Community. Communitarian Communication. Communitarian Discourse. Ideology.

El discurso comunitario: ideología e interpretación

RESUMEN

La comunicación comunitaria es considerada uno de los abordajes más importantes del campo de la Comunicación. Se plantea no solamente la idea de democratización de los medios, pero, como acción contraria a las tendencias del mercado global en sus procesos generales de exclusión. Esta idea, sin embargo, es contestada cuando se observa los límites que se imponen a la comunicación comunitaria, sea por las presiones de los grandes grupos económicos de la comunicación. El objetivo de este artículo es analizar de modo crítico el discurso de la comunicación comunitaria en el contexto de la actual economía política de la comunicación. Resultante del proceso histórico del capitalismo, la comunicación comunitaria es un producto ideológico, una práctica inscrita en un campo de disputas sociales regida por fuerzas que intentan cooptarlas.

PALABRAS CLAVE: Comunidad. Comunicación Comunitaria. Discurso Comunitario. Ideología.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: FCE, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Terra e Paz, 2002. (A Era da Informação, v.1)

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1982.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. V.2

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

PERUZZO, Círcia M. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. [Anais...] Brasília, 2006. Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela mão de Alice.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Tomaz T. da (Org) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. Ciência e Método em Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata V. de. (Org.) **Epistemologia da comunicação.** São Paulo: Loyola, 2003.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In. FERNANDES, Florestan (Org.) **Comunidade e sociedade,** São Paulo: Nacional, 1973. V.1.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação.** Brasília: UnB, 2004.

Eduardo Yuji Yamamoto

Jornalista

Especialista em Comunicação Popular e Comunitária/UEL-PR

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação Midiática/UNESP Bauru/SP

Pesquisador do grupo Mídia e Sociedade/CNPq

Bolsista Capes

E-mail: yudieduardo@bol.com.br

Recebido: 04/12/2007

Aceito: 21/06/2008